

ESTRATÉGIAS DE AFIRMAÇÃO DE PODER

O processo de concepção e construção das Sés de Goa e Salvador

POWER AFFIRMATION STRATEGIES

The process of Cathedrals conception and construction in Goa and Salvador

Resumo: Goa e Salvador representam cidades capitais – tanto administrativas quanto religiosas – do mundo colonial português, funcionando como sedes das representações do poder metropolitano sobre amplos espaços geográficos, às margens do Índico – caso de Goa – e do Atlântico sul, no caso de Salvador. Aliado ao fato de estarem localizadas em regiões geográfica e culturalmente tão diferenciadas, Goa e Salvador possuem origens completamente distintas: a primeira foi conquistada e transformada em capital do Estado da Índia Portuguesa muito tempo depois de sua criação, quando já era uma cidade urbanisticamente consolidada, que funcionava como um importante porto e centro de comércio na costa ocidental indiana. Salvador foi fundada *ex-novo* para centralizar as ações de colonização do território brasileiro, praticamente em um grande vazio geográfico – onde inexistia qualquer vestígio de uma cultura urbanística anterior. Trabalhar com estes contextos tão diferenciados abre a possibilidade de discutir até que ponto os portugueses se utilizavam de *modelos* ou de *princípios* ocasionalmente transplantados e/ou adaptados para o estabelecimento das cidades, inclusive quais os aspectos das conjunturas locais considerados no processo da sua construção e consolidação urbanas, especialmente das suas principais edificações.

Palavras-chave: Goa, Salvador, arquitetura religiosa, capital.

Abstract: Goa and Salvador represent the capital cities - both administrative and religious – of the Portuguese colonial world that served as headquarters for the institutions of the metropolitan power over broad geographic areas: the shores of the Indian Ocean - the case of Goa – and of the South Atlantic, in case of Salvador, especially during the 16th and 17th centuries. The fact of being located in regions geographically and culturally different, made Goa and Salvador play completely different roles: the first was captured and turned into the state capital of Portuguese India long after its creation, when it was already a consolidated and urbanized city, which functioned for a long time as an important port and trading center on the west coast of India. Salvador was founded *ex-novo* to centralize the colonization of the Brazilian territory, in a large and almost empty environment - where any trace of previous urban culture existed. These different contexts opens the possibility to discuss the extent of the Portuguese use, adaptation or transplantation of models and principles in the establishment of cities, including the aspects of local conjunctures that were considered in the processes of urban construction and consolidation, especially in regard of the main buildings, particularly the Christians Cathedrals.

Keywords: Goa, Salvador, religious architecture, the capital.

Introdução

A imagem de um conjunto edificado bastante homogêneo era um traço característico na paisagem das nucleações urbanas de origem portuguesa ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII. Esta imagem se materializava sob o feito de um casario de morfologia regular e contínua, construído no alinhamento das vias e composto por edificações construídas em alvenaria, pau-a-pique ou taipa-de-pilão, que, por sua vez, eram arrematadas com coberturas de telhas de argila, de duas e, excepcionalmente, três ou mais águas.

Esse traço característico, inclusive da própria capital metropolitana, Lisboa, era comum a maior parte das nucleações urbanas das zonas de domínio português e resultava da reprodução contínua de modelos edifícios europeus. Tais modelos eram especialmente representados por uma tipologia constituída por edificações de um, dois ou mais pisos, com as portas e janelas, às vezes, colocadas em destaque através da utilização de molduras de cantaria e de pequenas sacadas presentes nas aberturas do primeiro ou do segundo andar. Em termos gerais a arquitetura da maioria dessas edificações era bastante despojada, sendo que exceções eram observadas nas construções de caráter mais monumental que, quase sempre, correspondiam àquelas destinadas às instituições que representavam o Estado ou que eram destinadas às atividades religiosas.

Inquestionavelmente a presença de monumentos religiosos no contexto da cidade colonial no mundo português era caracterizada por um forte sentido de protagonismo na paisagem construída. Este protagonismo era determinado por uma série de aspectos que abarcavam desde a localização dos templos cristãos no meio urbano até as suas características físico-arquitetônicas, aí incluídas uma maior sofisticação construtiva, uma escala mais avantajada e\ou uma maior riqueza ornamental.

Sem dúvida esse protagonismo característico dos templos católicos dentro do conjunto edificado não é apenas fruto de um fenômeno espontâneo, despido de qualquer significação, como uma decorrência circunstancial do processo de crescimento meramente vegetativo das nucleações urbanas em que se inserem. No âmbito dos estudos historiográficos acerca do urbanismo português, pode-se afirmar que vai longe o tempo em que se defendia a ideia de que a cidade luso-brasileira carecia de planejamento ou de qualquer forma de racionalidade na sua concepção, situação que não a colocava como resultado de um *produto mental*. São por demais conhecidas as considerações a esse propósito formuladas por Sergio Buarque de Holanda, assim como por Robert Smith, que não reconheciam qualquer *racionalidade* nas práticas urbanísticas portuguesas implementadas em território americano, constituindo-se em uma visão que predominou por longos anos na historiografia brasileira, e mesmo portuguesa, acerca do assunto. Contudo, a partir dos anos sessenta, as reflexões do professor Nestor Goulart dos Reis Filho fundamentaram a constituição de um olhar menos simplista da tradição urbanística portuguesa e, pela sua riqueza e profundidade, passaram a ser efetivamente consideradas como base de novas leituras neste campo. Ao analisar criticamente as fontes documentais existentes, esse autor apontou o equívoco e a superficialidade da visão que colocava em lados opostos – ao menos no que tange ao uso da *razão* e da *ordem* – o processo de urbanização implementado por portugueses e espanhóis em seus territórios coloniais.

O presente trabalho procura pôr em foco justamente este aspecto, através da análise e do entendimento do processo, concepção e construção de algumas das edificações

mais importantes dessas cidades: as Sés. A escolha de Goa e Salvador como exemplos a serem analisados se justifica na medida em que foram cidades capitais – tanto administrativas quanto religiosas – no mundo colonial português, funcionando como sedes das representações do poder metropolitano sobre amplos espaços geográficos, às margens do Índico – caso de Goa – e do Atlântico sul no caso de Salvador. Isto as fazia desempenhar papéis equivalentes dentro do aparato administrativo do Estado Português, hierarquicamente subordinadas apenas a Lisboa. Aliado ao fato de estarem localizadas em regiões geográfica e culturalmente tão diferenciadas, Goa e Salvador possuem origens completamente distintas: a primeira foi conquistada e transformada em capital do Estado da Índia Portuguesa muito tempo depois de sua criação, quando já era uma cidade urbanisticamente consolidada, que funcionava como um importante porto e centro de comércio na costa ocidental indiana. Salvador foi fundada *ex-novo* para centralizar as ações de colonização do território brasileiro, praticamente em um grande vazio geográfico – onde inexistia qualquer vestígio de uma cultura urbanística anterior. Trabalhar com estes contextos tão diferenciados abre a possibilidade de discutir até que ponto os portugueses se utilizavam de *modelos* ou de *princípios* ocasionalmente transplantados e/ou adaptados para o estabelecimento dessas nucleações, inclusive quais os aspectos das conjunturas locais considerados no processo da sua construção e consolidação urbanas, especialmente das suas principais edificações entre as quais, sem dúvida, se destacam aquelas destinadas à religião.

A Sé de Goa

Logo após a conquista de Goa, em 1510, através de carta encaminhada ao rei de Portugal, Afonso de Albuquerque comunicava que, entre outras medidas adotadas para assegurar o controle da cidade, havia *destinado as propriedades da mesquita* da cidade para a construção de uma igreja dedicada à Santa Catarina, dentro das muralhas da nucleação muçulmana. Segundo Gaspar Correia, Albuquerque teria pensado na construção de uma igreja de grandes dimensões, visto que esta, futuramente, deveria ser transformada na catedral de Goa.

Contudo, a possível intenção de construir um edifício grandioso capaz de responder à magnitude do papel simbólico que lhe seria destinado fez com que o seu processo de materialização fosse bastante longo. A primeira construção edificada no local, iniciada depois de outubro de 1511, foi feita de maneira efêmera em taipa, sendo a sua cobertura executada em palha ou folhas de palmeiras, visto que em Goa inexistiam as telhas de barro, fato que fazia com que mesmo as edificações mais importantes da cidade pré-portuguesa – caso, por exemplo, da mesquita – fossem cobertas da mesma maneira. (PEREIRA, 2005, p. 79) Em 1514, outros documentos levam a deduzir que uma nova construção seria edificada para substituir a precariedade da anterior,

seguindo um modelo tipológico com planta de três naves e três capelas abobadadas, com coro elevado sobre a entrada e uma única torre sineira *muito pomposa*. (PEREIRA, 2005, p. 80) Curiosamente, apesar de essas informações que induzem a imaginar que esse edifício possuía características já plenamente europeias, um documento de 1583 – ou seja, quase setenta anos depois – descreve a mesma igreja, desde 1534 promovida à condição de Sé de Goa, como sendo uma edificação ainda coberta com folhas de palmeiras, à semelhança do que teriam sido os edifícios que a precederam, quer fossem a *mesquita ou o pagode dos gentios*¹. (PEREIRA, 2005, p. 80)

A forte devoção a Santa Catarina entre os portugueses, somada ao fato de que a efetiva conquista da cidade só foi alcançada no dia tradicionalmente devotado a esta santa (25 de novembro), resultou na existência de três templos em Goa dedicados à mesma invocação, criando alguma confusão acerca do entendimento da localização definitiva da sua Sé ou Catedral. Constata-se que primeiramente foi fundada a Capela de Santa Catarina, concebida e construída por Afonso de Albuquerque como uma espécie de marco de agradecimento, na vizinhança imediata das portas por onde entrou triunfalmente após a conquista da cidade, em 1510. O segundo templo de mesma invocação, cuja construção também teria sido ordenada por Albuquerque, foi edificado no local da antiga mesquita, dando origem a igreja paroquial de Santa Catarina, posteriormente elevada à condição de primeira Sé da cidade, em 1534, quando da criação da diocese goesa. Finalmente, o terceiro edifício que – construído para sede definitiva da Sé de Goa – teve sua construção iniciada a partir de 1564 e sua conclusão efetivada somente em meados do século XVII, com invocação também dedicada a Santa Catarina. Embora a antiga igreja paroquial de Santa Catarina tenha desaparecido em data ainda não explicitada, nas primeiras décadas do século XVII, documentos antigos permitem concluir que, ao menos durante um breve período, os três templos chegaram a existir em simultâneo. (PEREIRA, 2005, p. 94)

O abandono da ideia de manutenção da velha igreja paroquial de Santa Catarina como Sé de Goa, provavelmente, decorreu de dois aspectos: “[...] apesar de suas três naves, [...] não parece ter sido concebida de maneira especialmente monumental e muito menos adequada a uma sé catedral.” Tal aspecto ganharia ainda mais força a partir da elevação de Goa a condição de capital do Estado da Índia, em 1530, e de sede de arcebispado, em 1557, momento em que “[...] a antiquada Igreja de Santa Catarina deveria parecer, aos olhos dos habitantes da capital, inadequada para corresponder à nova dignidade eclesiástica.” (PEREIRA, 2005, p. 83)

Apesar de a igreja sede da nova Sé de Goa não ter sido edificada exatamente no mesmo local de qualquer templo precedente (quer fosse ele muçulmano ou hindu), a sua localização também se revestia de grande significado simbólico já que ocupava terreno vizinho ao antigo palácio do Adil Shá², no Terreiro do Sabaio, nas proximidades

do local onde existiu a mais importante mesquita da cidade, até a chegada dos portugueses. De certo modo pode ser observado que, nos primeiros tempos, a localização das construções religiosas em Goa obedeceu a princípios que buscavam simbolicamente assinalar o domínio e a presença dos portugueses e do cristianismo nessas paragens, anteriormente submetidas ao Islã.

The city's mosques were demolished and their sites ultimately appropriated for churches. [...] These structures [igrejas], erected on sites of symbolic import, were intended as physical manifestations of Christian spiritual might, concrete reminders to a native "heathen" population, of the Christian presence. The appropriation of sacred and symbolic locations as sites for Christian edifices was to remain a priority throughout the Portuguese occupation.³ (KOWAL, 2001, p. 73)

A localização da Sé de Goa parece ter levado mais em conta esse “projeto político de afirmação de domínio” do que alguns dos princípios relacionados aos preceitos da arquitetura religiosa cristã (verdadeiras diretrizes canônicas presentes, por exemplo, nas Constituições do Arcebispado de Goa e da Bahia), ao menos no que tocava à disposição da fachada principal e da capela-mor em relação aos pontos cardeais. Estes preceitos – mencionados inclusive nas deliberações do *Concílio Goanense* de 1606⁴ – recomendavam, entre outros aspectos, que as igrejas fossem construídas de modo que o celebrante, durante os ofícios da missa, permanecesse sempre voltado para o nascente (a leste)⁵, tendo em vista toda significação religiosa cristã aí contida. Tal fato implicava não apenas a obrigatoriedade do alinhamento longitudinal das igrejas com o eixo leste/oeste, mas também a construção da capela-mor a leste e da fachada principal a oeste, de modo a que o prescrito nas recomendações pudesse efetivamente ser viabilizado. No caso, a Sé de Goa, apesar de a construção estar mais ou menos alinhada com este eixo, a sua localização implicou a inversão do arranjo da fachada e da capela-mor, provavelmente, pela impossibilidade de manter tal princípio – articulando esta última com o nascente – e, ao mesmo tempo, de impor sua fachada como elemento visual e simbolicamente dominante no contexto das edificações e logradouros que a circundavam, mais especificamente o Terreiro do Sabaio (Figura 1).

Edificada ao longo de quase um século, a construção teve suas obras iniciadas por volta de 1564, mas – embora um alvará de 1631 informasse que a edificação já estivesse concluída – documentos de 1634 registram que diversos trabalhos, em uma das torres e no altar-mor, ainda estavam sendo executados. De acordo com a inscrição presente em uma placa assentada na parte superior da portada principal a finalização das obras só ocorreu efetivamente em 1652. Apesar desse longo período em que esteve em obras, registra-se uma impressionante unidade construtiva entre suas partes, além de uma grande coerência formal e estilística no todo da edificação.

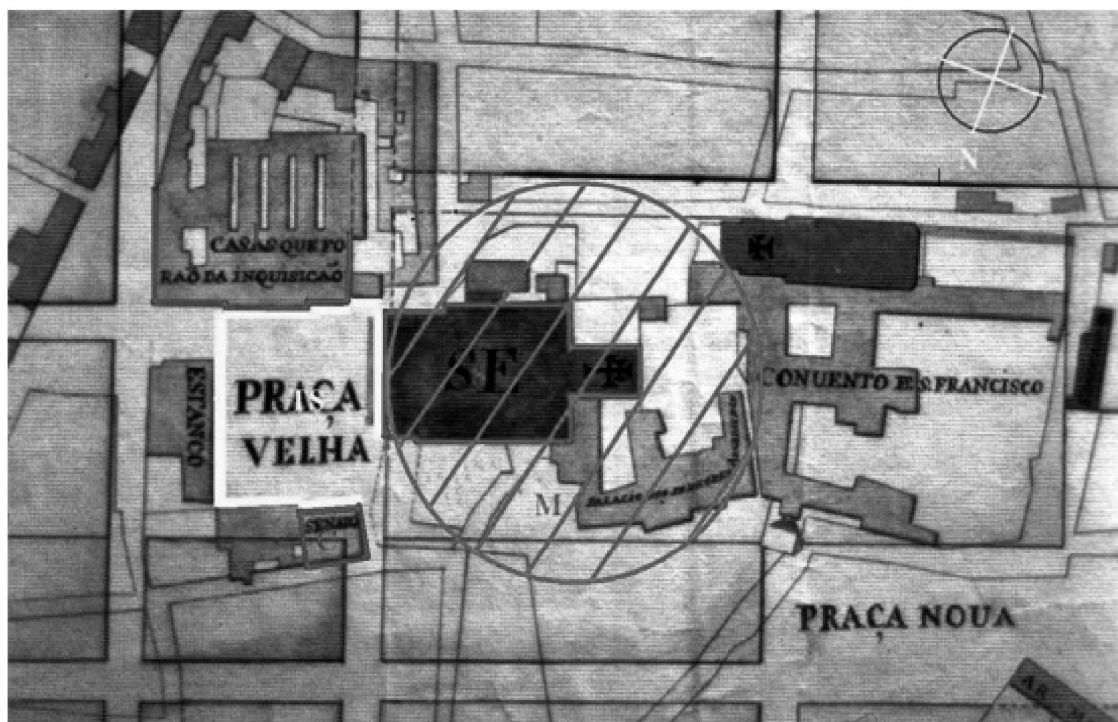


Figura 1: Localização da Sé de Goa (S). Observar que a sua fachada principal estava voltada para o Terreiro do Sabaio (TS), local em que também se encontravam o Palácio do Adil Khan (I), posteriormente transformado no Palácio da Inquisição, e o Senado da Câmara (C). A zona com hachuras (M) abrange à área onde possivelmente existiu a Igreja Paroquial de Santa Catarina, construída no local da antiga mesquita da cidade.

Fonte: A imagem utilizada como base para esta figura foi um excerto da planta de reconstrução de Goa, datada de 1777, de autoria de António Aguiar Sarmiento. Nesta base, o Terreiro do Sabaio está identificado como “Praça Velha”.

Do ponto de vista da sua tipologia, a Sé de Goa – uma das poucas edificações remanescentes da cidade ainda íntegra – apresentava-se como uma *falsa basílica*⁶ de planta de três naves e capelas laterais, com transepto⁷ e capela-mor profunda, de planta retangular. A fachada principal era flanqueada por duas torres, levemente, recuadas em relação ao seu alinhamento. O seu adro, provavelmente, corresponderia em desenho e medidas aos limites do antigo Terreiro do Sabaio, ou seja, o mesmo logradouro onde também estariam localizados os edifícios do Palácio da Inquisição e do Senado da Câmara.

As dimensões do edifício faziam da Sé de Goa uma construção de grande porte: “[...] it is the largest ecclesiastical structure in Ásia; larger, too, than most Portuguese churches.” (KOWAL, 2001, p. 76) Externamente tinha cerca de 85,5m de comprimento e uma largura máxima de, aproximadamente, 51m, no trecho que correspondia ao transepto. A fachada principal possuía largura total de 44,52m, somando-se as medidas do seu corpo central (32,12m) às das duas torres que, por sua vez, se encontravam recuadas em cerca de 2,0m do alinhamento frontal da construção. Quanto às medidas das alturas da edificação, os números também eram grandiosos: aproximadamente trinta e três metros e meio no corpo central da fachada e quase quarenta metros nas torres⁸. (PEREIRA, 2005, p. 147-148)

Dentre as possíveis modificações incorporadas ao projeto original da Sé de Goa, registra-se a ampliação da capela do Santíssimo, em data não identificada, a uma escala que quase a colocava como um templo autônomo (Figuras 2, 3 e 4). Esta modificação dotou o espaço dedicado ao Santíssimo de uma nave com dimensões expressivas, além de sacristia anexa, possibilitando que essa capela – disposta perpendicularmente à nave lateral esquerda do corpo do edifício da Sé – fosse utilizada para realização de missas diversas, como ainda acontece, notadamente, aos domingos.

Apesar de possuir dimensões bem mais avantajadas, a construção da Sé de Goa articulava-se do ponto de vista físico e simbólico ao contexto de fundação de diversas outras igrejas congêneres no mundo português: “[...] the basic ground plan of the Sé Nova is physically and symbolically linked to the metropolitan precedent utilized in the cathedrals of Leiria, Portalegre, and Miranda do Douro, all built between 1550 and 1570 to accommodate newly appointed bishoprics in Portugal.” (KOWAL, 2001, p. 76)

No decorrer da gestão de D. João III – como parte de um processo que antecipava algumas determinações do Concílio de Trento e que depois viria auxiliar a disseminação das ações da Contrarreforma – foram criados sete novos bispados no mundo português, sendo três em solo metropolitano, correspondendo às mencionadas dioceses de Leiria, Portalegre e Miranda do Douro, e quatro nos territórios ultramarinos: Goa (na Índia), Angra do Heroísmo (nos Açores), Ribeira Grande (em Cabo Verde) e Salvador (no Brasil).

O generalizado despojamento plástico-formal da arquitetura urbana de uso mais corrente nesses territórios – no caso de Goa, foi observado por alguns visitantes, como Pietro Della Vale⁹ – deu lugar a utilização de uma linguagem arquitetônica mais elaborada na construção dessas edificações, que muitas vezes possuíam *status* de “obras reais.” Isto fazia com que grande parte dos seus projetos arquitetônicos fosse realizada em Lisboa e posteriormente enviada até os locais onde seriam edificadas. Considerando o período em que foram realizados, é muito provável que os principais projetos tenham sido elaborados por Miguel de Arruda – “Mestre de Obras da Fortificação do Reino, Lugares d’Além e Índia¹⁰” – ou, ao menos, executados por outros arquitetos da corte que trabalhavam sob sua orientação, seguindo princípios que, além de consolidados na tradição construtiva portuguesa, eram enriquecidos por recomendações presentes na tratadística do Renascimento e, principalmente, referendados pelo atendimento às recomendações do Concílio de Trento.

As catedrais são edifícios de grandes dimensões, grande impacto religioso. [...] Uma Sé não era uma igreja secundária, um oratório palaciano, uma paroquial. Uma Sé em época do Concílio de Trento não era tema para aventuras planimétricas ou tipológicas [...]. (VARELA GOMES, 2001, p. 43)



Figuras 2 e 3: Vistas do arco e portal de acesso à capela do Santíssimo, e o interior da mesma capela em dia de missa. O tratamento barroco da talha e do ambiente da nave, desde o portal até o altar, é mais um indicador de que a capela seria obra posterior ao projeto original da igreja. Foto do autor (CARDOSO) tomada no local, em março de 2006.

Fonte: Fotografias do autor, 2006.



Figura 4: Fachada principal da Sé de Goa, vendo-se, à direita, os remanescentes da torre norte que desabou durante uma tormenta, em 1776, e, à esquerda, o volume correspondente à ampliação da capela do Santíssimo.

Fonte: Fotografia do autor, 2006.

Apesar da possível participação dos arquitetos da corte na elaboração do seu projeto, considerando a distância e a presença, no período, de profissionais altamente gabaritados em solo indiano, é mais provável que as traças da Sé de Goa tenham sido executadas na própria cidade. “Neste caso, há fortes probabilidades de a autoria se dever a Inofre de Carvalho, que desde 1551 exercia o cargo de mestre-de-obras de el-rei na Índia¹¹.” (PEREIRA, 2005, p. 147) Do ponto de vista da sua planta, pode-se dizer que a Sé de Goa possuía grandes afinidades com a edificação similar de Portalegre, construída entre 1556 e 1599. Contudo, observa-se que, no plano da sua fachada, apesar das torres outras características se filiam mais diretamente com os princípios seguidos na concepção da fachada da igreja jesuítica de Il Gesú, em Roma, não somente pela “[...] divisão vertical em cinco tramos mediante pilastras, mas também em dois andares encimados por um corpo central, unido às torres mediante aletas (sem volutas).” (SANTOS, 2002, p. 23)

Mesmo constituindo-se em uma obra arquitetônica bem mais elaborada do que a maior parte da despojada arquitetura corrente em Goa, a Sé Nova possuía uma fachada bastante austera (Figura 4), com elementos e características comuns aos princípios do maneirismo italiano, então em voga, divulgados mundo afora através de diversos tratados, especialmente o de Serlio.

The central, arched doorway, bordered by doubled columns supporting an entablature, utilizes a design culled from Sebastiano Serlio's much circulated architectural treatises while the two original, four storey towers – set back to frame the facade (the right-hand tower collapsed in a storm of 1776 – are also a motif advocated in Serlio's Fifth Book on Architecture. (KOWAL, 2001, p. 77)

Internamente, as características da edificação também eram de muita sobriedade, excetuando-se o tratamento barroco da capela do Santíssimo que, como já mencionado, provavelmente data de período posterior à conclusão do edifício originalmente projetado. Os trabalhos de talha se limitavam aos retábulos, em sua maioria inteiramente dourados, colocados de maneira integrada em nichos e nas paredes de fundo das capelas.

Em termos gerais, a constituição da sua ambientação interna (Figuras 5 e 6) é concebida a partir da utilização de elementos formais em relevo, de caráter eminentemente arquitetural – tais como falsas colunas e pilastras, cornijas, frisos, nichos e janelas “cegas”, arrematadas por pilastras, colunas e frontões – que tinham a sua presença no ambiente ainda mais neutralizada com a aplicação de pintura, a semelhança da caiação das paredes. Hipóteses acerca de uma possível policromia, figurativa ou não, que originalmente recobriria todas as paredes do interior do edifício – como poderiam atestar remanescentes de pinturas em alguns trechos das capelas – só poderão vir a ser comprovadas com a realização de um criterioso trabalho de prospecção em diversas zonas da edificação.



Figuras 5 e 6: Nave central da Sé de Goa, vendo-se ao fundo o grande retábulo da capela-mor. À direita, vista de remanescentes de tratamento pictórico em trechos de paredes de uma das capelas laterais.

Fonte: Fotografias do autor, 2006.

A Sé de Salvador

A construção da Sé de Salvador também percorreu um longo processo que teve suas origens ainda em meados do século XVI. Em 1551, Salvador foi elevada à condição de capital não apenas administrativa como também religiosa, tendo em vista a criação da diocese da Bahia, com jurisdição sobre todo vasto território da América portuguesa. A subsequente vinda para a cidade do primeiro bispo da diocese e a nomeação do corpo de funcionários para preenchimento dos outros cargos¹² do recém-criado bispado acelerou a necessidade de mudança da primitiva sede da Sé que, provisoriamente, vinha funcionando nas dependências da Igreja de N. Sra. d’Ajuda – na altura ainda construída de taipa e palha –, localizada em um pequeno largo nas imediações da porta sul da cidade murada.

Ordens expressas de D. João III recomendavam ao governador-geral a construção de uma nova Sé de maiores dimensões e com capacidade de sediar as necessidades dessa nova estrutura administrativo-religiosa. As obras deveriam ser realizadas com a maior brevidade possível, de maneira a possibilitar “[...] que os Ofícios Divinos pudessem ser nela celebrados.” (LINS, 2003, p. 183) A construção da igreja definitiva para sede da Sé transcorreu ao longo de um vasto período¹³. Embora várias evidências atestem que as suas obras foram iniciadas ainda ao tempo de Tomé de Souza, depoimentos posteriores mostram que houve uma primitiva edificação concluída entre o final do século XVI e a primeira década do século seguinte, posteriormente substituída por outra. Fundamenta tal observação a descrição feita por Gabriel Soares de Souza ainda no século XVI, que apresenta esta primeira edificação como um templo bem diferente – notadamente na sua planta – daquele de nave única que existiu até os anos 30 do século passado, período em que viria a ser demolido.

A igreja é de três naves, de honesta grandeza, alta e bem assombrada, a qual tem cinco capelas muito bem feitas e ornamentadas, e dois altares nas ombreiras da capela-mor. (SOUZA, s.d., p. 258)

Embora o mesmo edifício também tenha sido objeto de outros comentários elogiosos como, por exemplo, o de Pyrard de Laval (1887, p. 228), que em 1610 a considerou “[...] uma mui bela cathedral ou sé”, no governo de Gaspar de Souza (1612-1617) foram tomadas medidas para a sua demolição e posterior reconstrução, quer seja pelas suas más condições de conservação ou por eventuais ambições de aumentá-la, frente ao estágio de desenvolvimento que a cidade de Salvador alcançava. Esta decisão antecipava um processo que seria vivenciado por todas as ordens religiosas estabelecidas na cidade (jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas) que, após a capitulação dos holandeses em Pernambuco (1654), darão início à substituição paulatina das suas antigas estruturas arquitetônicas por outras de porte mais grandioso e de maior requinte em termos estéticos, materiais e construtivos. (LINS, 2003, p. 185)

A escolha do local de construção dessa nova igreja – assim como a da primeira – parece ter seguido não apenas algumas das recomendações canônicas como também outras vinculadas aos princípios urbanísticos que norteariam a construção da cidade de Salvador. Do ponto de vista da orientação frente aos pontos cardeais, a Sé da Bahia foi construída de acordo com os preceitos tradicionais do cristianismo: embora a edificação não estivesse alinhada exatamente ao eixo leste/oeste, tinha sua fachada principal voltada para o ocidente e a capela-mor para o oriente, fazendo com que o celebrante, ao officiar a cerimônia da missa, permanecesse voltado para o nascente, direção de onde surge o dia, a luz e a vida.

Ainda de acordo com os princípios da tradição cristã, vigentes desde a Idade Média, também reforçados pelas determinações do Concílio de Trento, a Sé baiana foi construída em local elevado¹⁴ – entre os pontos mais altos do frontispício da cidade (Figura 7) –, com um pequeno largo à sua frente funcionando como seu adro. Deste ponto dominava o amplo visual da Baía de Todos os Santos, ou seja, o verdadeiro elo de articulação a partir do qual podia estender sua ação pastoral a todo o universo territorial da colônia.

Por outro lado, a localização da Sé da Bahia – considerando algumas peças iconográficas¹⁵ – correspondia exatamente ao ponto central do frontispício da cidade murada (Figura 8), ficando a mesma distância dos seus extremos tanto a norte (Portas do Carmo) quanto a sul (Portas de São Bento). Tal aspecto leva a crer que esta situação – conferindo à edificação, ao ser vista do mar, uma singular posição central e de destaque no contexto construído de Salvador – era, possivelmente, fruto de uma decisão que também considerava princípios urbanísticos utilizados na concepção da cidade, que viria a se consolidar na condição de capital política, administrativa e religiosa da colônia.



Figura 7: Perfil da Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Sãos q mostra altvra do mar a ella. Aquarela de autoria não identificada datada do início do século XVII, onde pode ser observada (em destaque) a implantação da Sé, com sua fachada diretamente voltada para as águas da baía.
 Fonte: Reis Filho (2000, p. 23).



Figura 8: Planta da Restituição da Bahia (ca.1631), de autoria de João Teixeira Albernaz. Observar, em destaque, localização da Sé exatamente a meio caminho entre os limites norte e sul da cidade murada.
 Fonte: Simas Filho (1998, p. 14, 15, 62).

Se por um lado a localização da Sé facilitava, ao menos do ponto de vista simbólico, a sua articulação com o universo territorial sob sua jurisdição, por outro não era o mais favorável no que tocava a sua inserção no contexto intraurbano de Salvador. O acesso à entrada principal do edifício – ou seja, à sua fachada mais importante – não era dos mais diretos, e era viabilizado através de duas pequenas e estreitas passagens laterais à construção, que funcionavam como acessos quase exclusivos¹⁶ ao largo de Santa Isabel que, por sua vez, correspondia a um pequeno adro/belvedere destinado à igreja. Em resumo, observa-se que a Sé não dispunha de um adro com dimensões comparáveis aos que possuíam outros templos de Salvador, como as igrejas dos jesuítas e dos franciscanos – Terreiro de Jesus e Cruzeiro de São Francisco, respectivamente –, e pode-se mesmo dizer que as relações visuais desse edifício com o meio intraurbano

propriamente dito se davam muito mais através do diálogo formal das suas fachadas secundárias com as edificações e logradouros circundantes do que pelo estabelecimento daquela cenografia usualmente explorada nessas circunstâncias, em que se privilegiava a composição *fachada principal x praça*, como constatado nos outros exemplos mencionados.

No caso do edifício seiscentista da Sé, chama a atenção o tratamento dado a alguns elementos presentes na construção, especialmente a fachada correspondente à sua lateral direita. Sem dúvida, esta marcava presença como pano de fundo de uma das perspectivas urbanas mais importantes para quem circulava pelo contexto do centro da cidade, ou seja, a finalização da Rua da Misericórdia, um dos trechos do principal eixo de comunicação entre os bairros a norte e a sul da cidade (Figura 9).

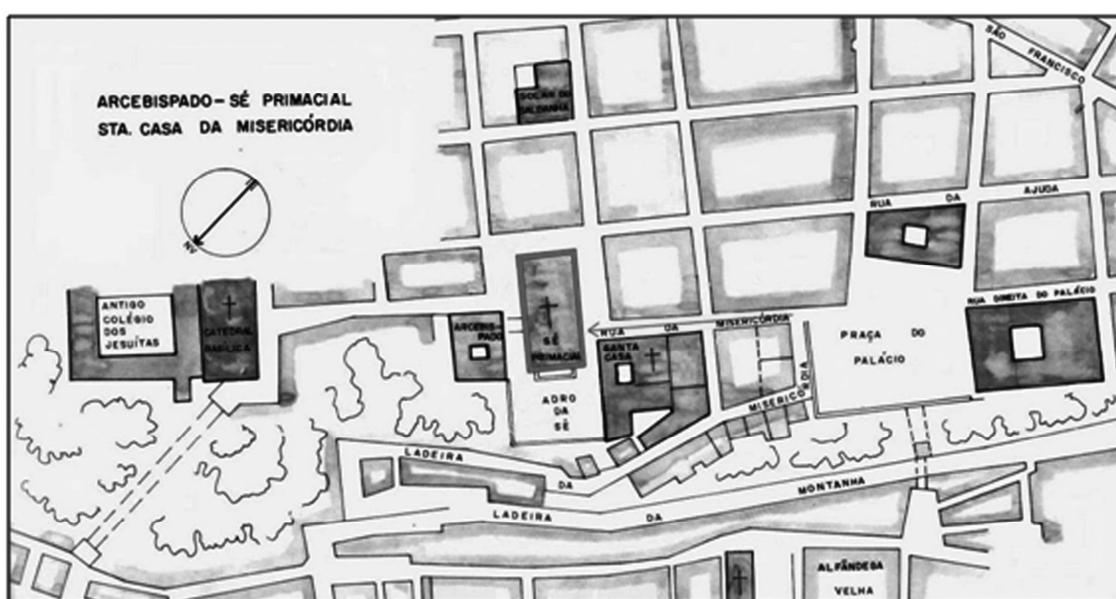


Figura 9: Planta das imediações da antiga Sé da Bahia, onde pode ser observada a localização do edifício em relação a alguns dos mais importantes logradouros do centro da cidade, especialmente a Rua da Misericórdia.
 Fonte: Planta base publicada em Rebouças, Filho (1996, p. 49).

Daí, possivelmente, decorria a valorização da portada de acesso lateral direito (Figura 10) à igreja através do seu arremate com um conjunto de peças em cantaria, tais como pilastras, colunas, entablamentos, pináculos e outros elementos em relevo. A utilização destes elementos em relevo, que tinham como objetivo o enriquecimento formal da composição, articulada com própria implantação do edifício – fazendo com que a sua fachada lateral fechasse a perspectiva da rua – obviamente faziam deste acesso secundário à Sé um componente arquitetônico de grande presença cênica, rivalizando, notadamente, com a portada frontal da vizinha Igreja da Santa Casa da Misericórdia (Figuras 10 e 11).

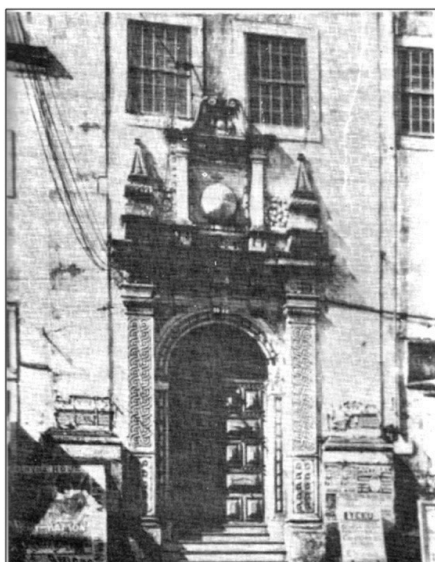


Figura 10: Vista da portada monumental que funcionava como um acesso secundário da antiga Sé de Salvador, situada na sua fachada lateral direita. Tal portada ficava alinhada perpendicularmente ao eixo central da Rua da Misericórdia, funcionando como ponto focal da composição visual do mesmo logradouro.

Fonte: Fotografia do acervo da Divisão do Arquivo (Fototeca) do Departamento de Cultura Municipal de Salvador.



Figura 11: Trecho de desenho aquarelado, de autoria de Diógenes Rebouças, onde pode ser observada a disposição da portada do acesso lateral direito (B) à antiga Sé de Salvador e sua maior complexidade formal e estilística, que a fazia mais monumental do que o acesso principal da igreja da Misericórdia, à esquerda. Na mesma imagem observar também a existência de um dos portões (A) que permitiam o controle do acesso ao largo de Santa Isabel, ou seja, ao adro da Sé.

Fonte: Rebouças, Filho (1985, p. 65).

Este exemplo de valorização e monumentalização de um acesso secundário à nave principal de uma igreja era, praticamente, único, considerando o conjunto de edificações religiosas da capital baiana.

A autoria dos projetos da Sé de Salvador – tanto da primeira quanto da segunda edificação – é desconhecida. Porém, é provável que os seus riscos tenham sido realizados em Portugal, sob responsabilidade de algum importante nome do quadro de projetistas da corte, tendo em vista a grande relevância que o templo possuía enquanto representação física do braço administrativo/religioso da Coroa. (LINS, 2003, p. 185) (VARELA GOMES, 2001, p. 43)

No que tocava à sua tipologia, o novo edifício da Sé, construído a partir da segunda década do século XVII e concluído no início do século XVIII¹⁷, era um templo de nave única, com seis capelas laterais intercomunicantes – três de cada lado – e um falso transcepto. Possuía capela-mor profunda, ladeada por duas capelas colaterais, sendo uma delas destinada ao Santíssimo, além de duas sacristias localizadas uma a cada lado do presbitério (Figura 12). Do ponto de vista da sua tipologia, seguia um modelo comum à arquitetura religiosa portuguesa do período, apresentando grande semelhança com outros templos católicos construídos na segunda metade do século XVII, como por exemplo, a Igreja do Colégio dos Jesuítas e, em alguns aspectos, o templo dos beneditinos, ambos localizados em Salvador. (LINS, 2003, p. 185)

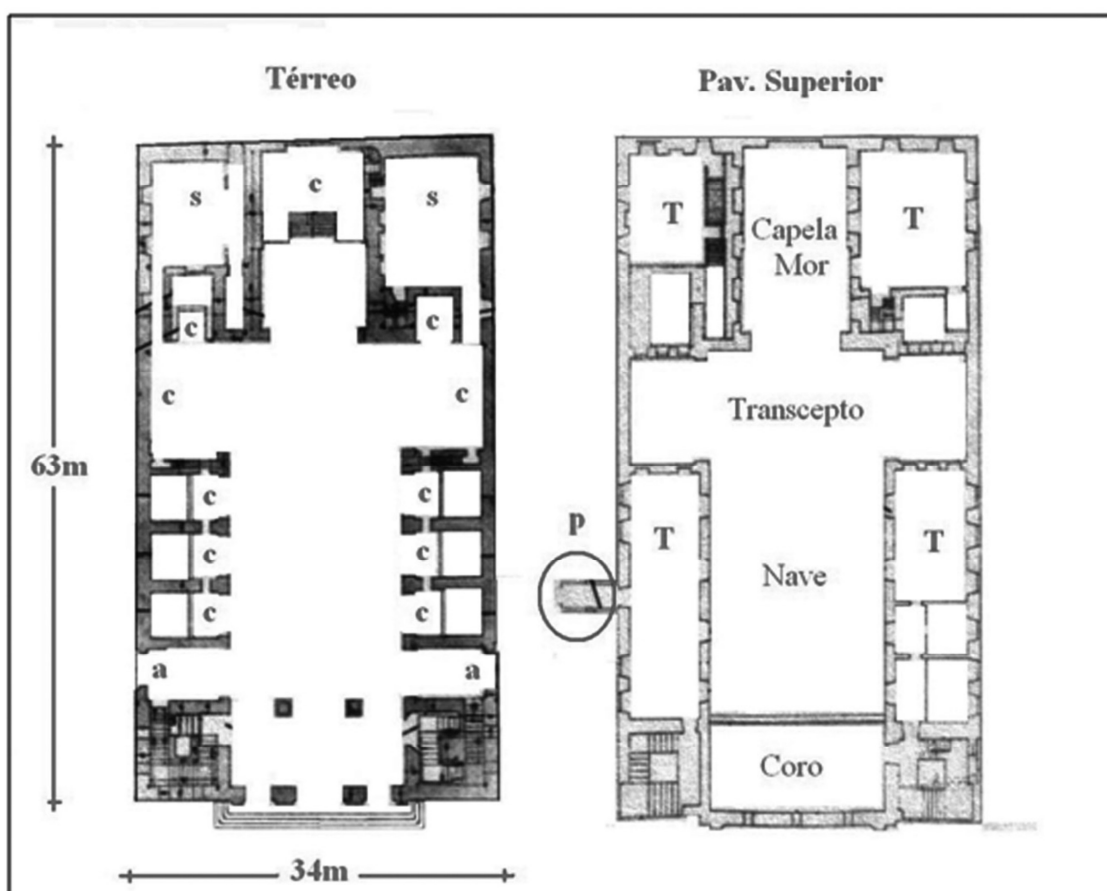


Figura 12: Plantas da Sé da Bahia. No térreo observar, além das diversas capelas (c), a presença de duas sacristias (s) e dos dois acessos laterais (a). À direita, na planta do pavimento das galerias de acesso às tribunas (T) e ao coro observar o passadiço elevado (P) que ligava diretamente a igreja ao Palácio do Arcebispo, à esquerda.
 Fonte: Plantas base da ilustração publicadas em Lins (2003, p. 193).

Quanto às dimensões da nova Sé de Salvador, pode-se afirmar que possuía a maior nave entre todas as igrejas baianas – 168 palmos de comprimento por 75 palmos de largura (LINS, 2003, p.185) (aproximadamente 37,0 x 16,5 metros, se considerado o “palmo” usualmente utilizado, que equivalia a 22 centímetros) – e, embora não muito maior do que a nave da Igreja do Colégio de Jesus, atual catedral de Salvador, internamente criava uma sensação de maior amplitude espacial, pelo fato de possuir

capela-mor e capelas laterais – incluindo as do transcepto – bem mais profundas, que se somavam às medidas da nave. A primeira tinha o comprimento (~16,50 metros) equivalente a uma vez e meia às dimensões da congênere dos jesuítas, enquanto que as suas capelas laterais possuíam mais ou menos o dobro da profundidade (~7,5 metros) daquelas também da igreja dos jesuítas. Externamente o edifício conformava, *grosso modo*, um retângulo com aproximadamente 63 metros de comprimento, por 34 metros de largura.

As dimensões da Sé da Bahia no que tangem às alturas são mais difíceis de serem estimadas, especialmente as da elevação principal, tendo em vista que esta fachada foi paulatinamente desmontada a partir da demolição de uma das torres – mais especificamente a torre sul – em 1757. Tal medida foi adotada tendo em vista que problemas estruturais – decorrentes de desabamentos na encosta, em frente à igreja – afetaram a estrutura da fachada de cantaria, pondo em risco a sua estabilidade e tornando a torre sul uma ameaça às dependências da vizinha Santa Casa da Misericórdia. Ao longo de dezenove anos, os problemas estruturais que ainda persistiram na construção¹⁸ determinaram a demolição da outra torre (1776) e a retirada de, praticamente, todo o revestimento de cantaria que cobria esta fachada, provavelmente, em trabalho semelhante ao que caracterizava a fachada da igreja dos jesuítas.

La cathédrale, qu'ils appellent la Cez, est la dans la haute Ville. Elle est grande, élevée, tout batie de pierre-de-taille, & l'une dès plus belles Eglises que j'aie vües. (JOURNAL D'UN VOYAGE, 1730, p. 240)

Infelizmente uma das únicas imagens da fachada principal da Sé parece ser bastante fantasiosa (Figura 13). Esta imagem, de autoria desconhecida, foi publicada por Vilhena (1969, p. 67), no final do século XVIII, que assim descrevia a fachada principal da Sé:

Era a sua frontaria tôda de pedra do país, lavrada, e ornada de colunas retorcidas, com duas esbeltas torres, tôdas da mesma pedra ... com portas para o Ocidente, cuja figura era, a que verás na estampa junta. Destas torres se arruinou a da parte sul, e algumas poucas pedras do frontispício, e isto por gemer a sua base instável debaixo de tão enorme pêso.

Apesar da baixa qualidade técnica da ilustração presente no livro de Vilhena, pressupõe-se que a fachada da Sé baiana seguia, em linhas gerais, princípios compositivos da arquitetura portuguesa seiscentista, possivelmente muito próximos – tanto no que toca aos seus elementos formais quanto à sua escala – daqueles utilizados na composição da fachada da Igreja do Colégio de Jesus, edifício que também teria tido sua elevação principal concebida em pedra aparelhada, executada em canteiros metropolitanos. Ainda considerando a imagem publicada por Vilhena, a representação provavelmente equivocada de colunas torsas na fachada principal da Sé pode ser interpretada como uma tentativa de ilustração de falsas pilastras com fustes que, ao invés de possuir ca-

neluras, eram compostos por superfícies em *guilhochês*, como acontecia com aquelas que emolduravam as portadas laterais da mesma igreja (Figura 10).

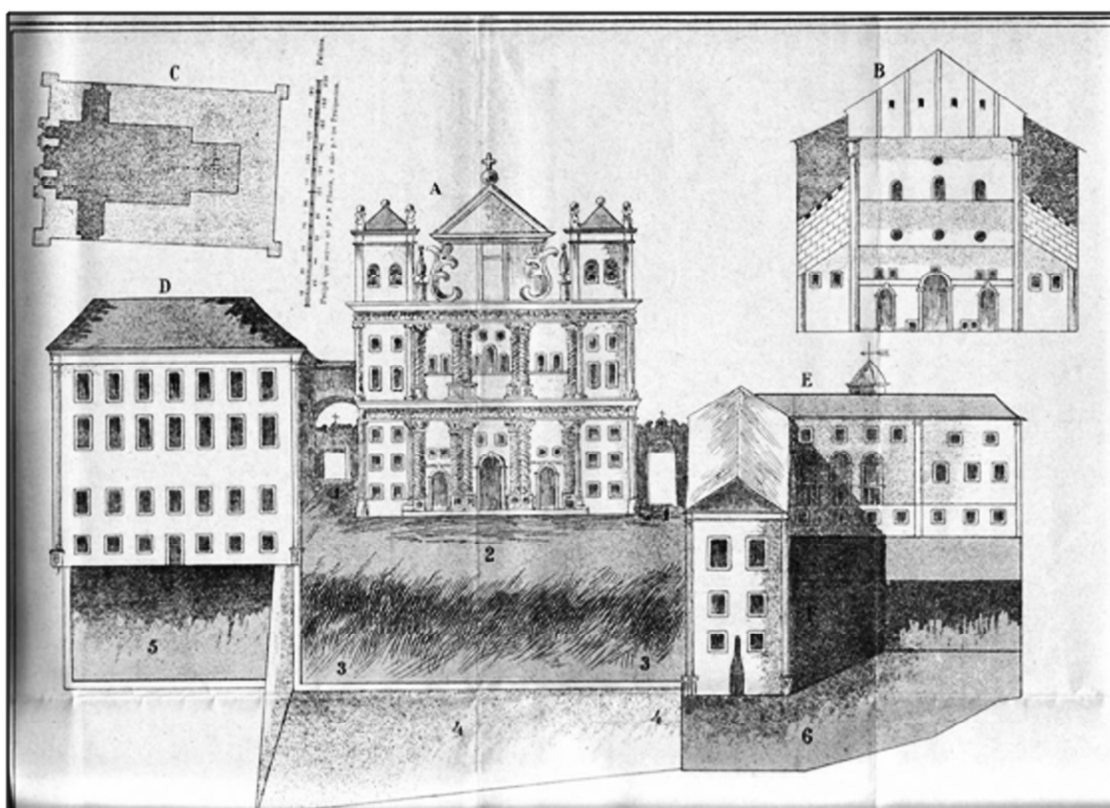


Figura 13: Gravura publicada por Vilhena (1969), no final do século XVIII, onde pode ser observada a fachada principal da Igreja da Sé, antes (A) e depois (B) do seu desmonte por conta dos problemas estruturais. Além dela podem ser observados o Paço Arqueiepiscopal (D), a sua esquerda, e as dependências da Santa Casa de Misericórdia (E), à direita.

Fonte: Vilhena (1969).

Do ponto de vista da sua ambientação interna, as últimas fotografias tiradas da Sé antes da sua demolição, em 1933, mostram que alguns dos seus retábulos já ostentavam trabalhos em talha neoclássica, inclusive o da capela-mor (Figura 14). Estes retábulos teriam substituído os precedentes possivelmente por conta da degradação imposta pelo tempo, pela falta de conservação ou mesmo pela simples mudança de gosto estilístico, ao longo do século XIX, que relegou ao ostracismo os elementos originais barrocos anteriormente existentes na edificação, como deixa entrever as seguintes citações em que se mencionam o templo, datadas de 1696 e 1707, respectivamente:

Les Eglises sont enrichies de dorures, d'argenterie, de sculptures, & d'un nombre infini de beaux ornemens; il y a dans la Cathedrale des Croix, des Lampes & Chandeliers d'argent si hauts & si massifs, que deux hommes ont peine à les porter. (FROGER, 1699, p. 143-144)

A igreja em que esta acção Synodal se celebrou foy a Sé Metropolitana, que hé o mais sumptuoso, & magnífico Templo de todos os da América, obra verdadeiramente Real... pois no ornato dos seus Altares, & Capelas tem feyto huã considerável, mas luzida, despeza. Armouse toda a Igreja o melhor que foy possível & do arco para dentro se não vio nunca tão bem ornada. (VIDE, 1720, p. 597)



Figura 14: Vista do interior da Igreja da Sé da Bahia, nos anos 30 do século passado, onde pode ser observado o tratamento neoclássico de alguns dos seus retábulos.
Fonte: Lins (2003, p. 195).

Considerações finais

Em Goa e em Salvador a localização das sedes das instituições de poder – especialmente as Catedrais ou Sés, as Câmaras, os Paços dos Arcebispos, dos Governadores ou Vice-Reis, e as Misericórdias – indubitavelmente assumiram um importante papel como elementos polarizadores da estrutura urbana dessas cidades. De certo modo isto estava relacionado ao processo de afirmação da condição de Portugal, e mais especificamente de Lisboa, como cabeça de um império territorial maior que o de Roma na fase áurea da antiguidade, implicando a necessidade de adoção de uma série de estratégias para validação deste estatuto. Nesse sentido, pode ser observado que a arquitetura foi um dos mais importantes instrumentos utilizados para que se encontrassem as respostas práticas a vários *problemas* e *desígnios* daí decorrentes. Segundo Rafael Moreira, já em 1481, com a construção do Castelo de São Jorge da Mina, em Gana, podia ser percebida a transposição de uma “semente” de Lisboa – um futuro *caput mundi* – plantando o primeiro estabelecimento europeu em terras tropicais, e levando para o distante Atlântico sul uma pioneira afirmação de domínio lusitano que viria a ser “[...] intensificada pelas ideias universalistas do Renascimento e pelo reforço do controlo ideológico da Contrarreforma”. (MOREIRA, 1998, p. 192)

Nesse processo, pode ser observado que a monumentalização paulatina de algumas edificações das nucleações urbanas do vasto império colonial português, aí incluídas as Sés, foi uma componente importante das estratégias de dominação utilizadas. Contudo, tal aspecto não chegou a configurar uma ação conjunta, predeterminada e disseminada de modo uniforme, nem no que dizia respeito ao *espaço-tempo*, nem ao que abarcava o *espaço-território* sob dominação portuguesa, tendo em vista que o universo colonial português compreendeu conjunturas temporais e territoriais bastante diferenciadas. Diante disso, pode-se dizer que o desdobramento desse processo apresentava características que podiam ser particularizadas a depender do período e do contexto local – notadamente do ponto de vista físico e cultural – em que foi implementado, como atestam os exemplos de Goa e de Salvador enquanto capitais coloniais administrativas e religiosas neste vasto universo de dominação. Todavia, o próprio sentido de capitalidade assumia aspectos diferenciados em cada uma dessas cidades, tendo em vista as características conjunturais das suas áreas de jurisdição e domínio.

Tendo em vista a maior complexidade do seu universo de dominação – que pode ser sintetizada em um trecho da carta escrita por Affonso de Albuquerque ao rei, D. Manuel, em 1512: “[...] isto não é o castelo da mina, é uma terra onde existem muitos reis e senhores”, (PATO, 1884, p. 1935) Goa necessitava se afirmar como uma *capital de dupla face*: tinha de se fazer *cumulativamente credível* tanto para os nacionais – os próprios portugueses que viviam no oriente – quanto para os asiáticos, (MADEIRA SANTOS, 1999, p. 93) habitantes das áreas submetidas à sua autoridade ou potentes de outras ricas zonas produtoras ou consumidoras de bens, que não ficavam sob o controle do Estado da Índia Portuguesa, mas com as quais interagia através da implementação da atividade comercial.

Pode-se observar que em Goa, em resposta à monumentalidade usualmente presente em diversos aspectos da realidade asiática, qualquer elemento simbólico relacionado ao poder da coroa portuguesa necessitava tornar-se tão suntuoso como se nele estivesse sendo glorificado não um representante da autoridade real, mas o próprio rei em pessoa. Daí a monumentalização sistemática de alguns edifícios goeses, tais como o Paço dos Vice-Reis e, especialmente, a Catedral ou Sé¹⁹, o maior templo cristão de toda a Ásia, entre outras edificações religiosas, também monumentais se comparadas às suas congêneres em outras cidades do mundo português. Além das grandes dimensões do edifício da Sé de Goa, uma outra estratégia utilizada para afirmar a sua importância no contexto urbano foi a sua construção quase no mesmo local da então demolida mesquita principal da cidade. Assim, buscava-se simbolicamente subjugar e apagar o protagonismo antes desfrutado pelo antigo templo muçulmano e, ao mesmo tempo, confrontar-se com o vizinho palácio anteriormente utilizado pelo líder do Sultanato de Bijapur, vencido durante a conquista da cidade pelos portugueses.

Ou seja, especificidades da conjuntura goesa possivelmente determinaram a adoção destas estratégias para a construção da sua Sé, preterindo as diretrizes canônicas encontradas nas Constituições Sinodais do Arcebispado de Goa, e também presentes nas da Bahia, como, por exemplo, as recomendações de edificação dos templos em locais elevados e com a fachada principal voltada para oeste e capela-mor para o leste.

Em Salvador, a arquitetura também funcionou como instrumento de afirmação de poder, sem, contudo, necessitar se revestir de esforços de monumentalização à escala do que ocorreu em Goa. As atividades administrativas e de representação delegadas aos governadores e, posteriormente, vice-reis do Brasil – ao contrário do que acontecia com os representantes da coroa no oriente – não previam o envolvimento direto destas autoridades régias em negociações com eventuais soberanos ou embaixadores de poderosos reinos vizinhos. Até porque essa possibilidade não fazia parte do universo territorial que envolvia os interesses político-econômicos lusitanos no Brasil, e mesmo do resto do continente americano, ao menos no que se relacionava à conjuntura pós-colonização europeia, que fez dos monarcas portugueses e espanhóis os seus donatários continentais²⁰.

Todas as atividades econômicas e políticas que porventura envolvessem a necessidade de articulação do Brasil com outras nações eram mediadas pela metrópole. Salvador era uma capital portuguesa essencialmente pensada para os “portugueses do Brasil.”

Tendo em vista que a colonização do território brasileiro não configurava uma conjuntura que demandava disputas com outras culturas e civilizações arquitetônica e urbanisticamente tão ou mais pujantes que a dos próprios colonizadores, constata-se que, em Salvador, as obras de monumentalização da arquitetura e do urbanismo local vão se dar em paralelo ao próprio crescimento urbano e à importância econômica que a cidade experimentaria ao longo do processo colonizador.

As estratégias aqui seguidas seriam bem diferentes daquelas que podiam ser percebidas na realidade goesa, onde logo se buscou apagar as marcas da conjuntura de poder pré-portuguesa, quer fosse no campo de domínio da religião ou do poder secular. No primeiro caso, substituindo-se mesquitas e templos hindus por grandiosas igrejas cristãs – as maiores construídas no mundo português – e, no segundo, reafirmando a força e o poder das autoridades portuguesas através da institucionalização de uma faustosa ritualização cerimonial do Estado e pela *adaptação*, para uso das instituições representativas da coroa de Portugal, das edificações anteriormente utilizadas pelos membros do círculo de poder então subjugado.

Nesse processo, observa-se que em Salvador os paradigmas físico-urbanísticos seguidos para afirmação da sua *capitalidade* teriam como origem exclusiva a metrópole, ou seja, uma realidade que também era influenciada por outras referências estéticas advindas

da inserção de Portugal no contexto da *globalização cultural* pós-renascimento europeu. Não se tratava aqui de inserir e adaptar novas matrizes estéticas e funcionais a uma conjuntura de tradições arquitetônicas e urbanísticas já consolidadas e de, assim, tentar suplantá-las, como aconteceu em Goa. Em Salvador, fundada *ex-novo*, houve uma maior possibilidade para aplicação dos princípios teóricos de matriz renascentista não apenas no risco dos seus principais edifícios, mas também na inserção deles na malha urbana, tendo em vista a *idealização* da cidade concebida como um todo. A configuração inicial de Salvador, quando ainda limitada ao seu perímetro murado, ou seja, ao que foi possivelmente definido pelo seu plano piloto, fazia da cidade “[...] a capital ideal do Renascimento português.” (MOREIRA, 2001, 139)

A edificação da Sé de Salvador provavelmente foi pensada em estreita vinculação com a construção da própria cidade, que, por sua vez, fundamentava-se em um projeto – composto de traças e desenhos – possivelmente de autoria de Miguel de Arruda, arquiteto-mor das obras reais, em Portugal e todo o império. (MOREIRA, 2001) Tal aspecto permitiu que na edificação do templo soteropolitano, além de todas as diretrizes canônicas presentes nas Constituições do Arcebispado da Bahia, também pudesse ser observada uma nítida preocupação com a escolha de sua localização e da sua articulação com o contexto urbano em que se inseria.

Finalizando, ao analisar o processo de concepção e construção das Sés de Goa e de Salvador, pode-se concluir que, mais do que seguir *modelos* ou *princípios* ocasionalmente transplantados e/ou adaptados para o estabelecimento dessas nucleações, o pragmatismo português apontava para que, frente à multiplicidade conjuntural de seu universo colonial, nada fosse mais razoável do que se utilizar de uma postura bem mais plural ao buscar responder às demandas determinadas no processo de sua conquista e dominação: várias lógicas, várias estratégias, rigores e métodos eram admissíveis.

Luiz Antonio Fernandes Cardoso é Arquiteto (1980), Mestre (1991) e Doutor em Arquitetura e Urbanismo (2009) pela Universidade Federal da Bahia, com Estágio Doutoral (PDEE-CAPES) de 12 meses na Universidade de Coimbra, Portugal. Desde 1992 é professor da área de história e teoria da arquitetura e do urbanismo na mesma universidade, onde também, a partir de junho de 2012, assumiu a Vice-Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA). Foi Coordenador do Curso de Especialização em Conservação e Restauração e Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) de setembro de 1997 a abril de 2004 e, em março de 2012, passou a coordenar o Mestrado Profissional em Conservação e Restauração e Monumentos e Núcleos Históricos (MP-CECRE). Tem experiência no campo da Conservação e do Restauro, atuando principalmente nas seguintes áreas: história da cidade e do urbanismo, preservação do patrimônio cultural, além de história, teoria e projeto de arquitetura.

Notas

- 1 Aqui também cabe registrar que o fato de terem sido usadas folhas de palmeira para sua cobertura – como deveriam ter sido os casos da antiga mesquita e outros templos hindus – não necessariamente significaria que fosse uma edificação rústica. A tradição construtiva na Índia pré-portuguesa (tanto muçulmana quanto hindu) era bastante sofisticada e objeto de admiração de diversos viajantes europeus. Ver VARELA GOMES, Paulo. *Saudade da Pátria, Portuguese perceptions of indian architecture and art in the sixteenth and seventeenth centuries*. Comunicação apresentada na Annual Conference of the College Art Association, Los Angeles, EUA, 1999.
- 2 Líder do sultanato ao qual pertencia a cidade de Goa antes de sua conquista pelos portugueses.
- 3 O mesmo autor acrescenta que não apenas os templos muçulmanos seriam objeto desse tipo de ação como também alguns vinculados à religião hindu, caso, por exemplo, da Igreja de N. Sra. do Monte que foi construída em um local onde “[...] according to tradition, a Hindu temple once stood.” (KOWAL, 2001, p. 73)
- 4 De acordo com algumas informações presentes nas *Constituições do arcebispado de Goa, composta, adicionada pelo Excellentíssimo e Revendíssimo Senhor Don Antonio Taveira de Neiva Brum, Arcebispo Metropolitano de Goa, Primaz da Índia Oriental, e do Concelho de sua Magestade lidelíssima*. Lisboa: Imprensa Régia, Anno de 1810.
- 5 Ou seja, voltado para o altar-mor – a nascente – e de costas para a nave e os fiéis. Esta é a disposição seguida pela maioria dos templos cristãos mais importantes de Goa, tais como: as igrejas do Bom Jesus, do Espírito Santo, de N. Sra do Monte, de São Caetano, de Santa Mónica e de São João de Deus, entre outras.
- 6 Considera-se que uma edificação do tipo verdadeiramente basilical exteriorizava a diferença de alturas entre a nave principal e as laterais através da utilização de coberturas independentes para cada uma delas, caso que não acontece na Sé de Goa, já que todas as naves – com pés-direitos diferenciados praticamente apenas pela variação do raio das abóbadas que as cobrem – são superpostas por um único e amplo telhado de duas águas.
- 7 A Sé é a única igreja de Goa que possui um transepto verdadeiro, ou seja, um espaço com largura e altura iguais às da nave central e capela-mor, perpendicular a ambas, perceptível na volumetria exterior do edifício. Este corresponde, em planta, ao braço horizontal da cruz latina formada pela junção do seu espaço com os da nave central e da capela-mor.
- 8 A altura das torres refere-se apenas à que ainda existe na face sul do edifício, já que os dois últimos andares da similar, que existiu na face norte, desabaram em 1776.
- 9 “[...] the buildings have not much ornament or exquisiteness of Art, but are rather plain, and almost all without beautifings.” (DELLA VALLE, 1991, p. 155)
- 10 Miguel de Arruda também era identificado como “[...] mestre-de-obras de muros e fortalezas de aquém e além mar.” (PEREIRA, 2005, p. 146)
- 11 A mesma informação é corroborada por Moreira (1988, p. 87-88).
- 12 O primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha, chegou a Salvador em junho de 1552, dando início à “[...] nomeação das demais prebendas ou cargos do bispado (Cônego, Capelão e outros).” (PEREZ, 1999, p. 66)
- 13 Sobre o tema, recomenda-se a leitura do já citado Perez (1999, p. 65-136).
- 14 Entre as recomendações presentes nas *Instruções Fabricae et Suplectilis Ecclesiasticae*, codificadas por San Carlo Borromeo, em 1577, e difundidas pela Contrarreforma, figura aquela que defendia a construção das igrejas em locais elevados, de onde pudessem se impor visualmente na ambiência circundante.
- 15 Por exemplo, a iconografia utilizada nas Figuras 7 e 8, dentre outras.
- 16 A imagem da fachada da Sé, publicada nas famosas *Cartas Soteropolitanas* de Luís dos Santos Vilhena (Figura 13), deixa entrever estruturas edificadas à semelhança de arremates de portões que possivelmente controlavam o acesso ao largo de Santa Isabel, situado à frente da igreja.
- 17 Esta obra faz parte do conjunto de pinturas documentais sobre Salvador no século XIX, trabalho elaborado a partir de ampla pesquisa em fontes iconográficas e documentais, publicado em Rebouças, Filho (1996, p. 65).
- 18 Embora as dificuldades enfrentadas ao longo da história do edifício tenham levado alguns autores a afirmar que o templo nunca teria sido concluído – caso de Bazin (1983, p. 122) –, a realização do Synodo de 1707 em suas dependências, assim como a descrição do templo presente no texto das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, resultantes do evento, deixam a impressão de que, por essa época, a edificação estava praticamente pronta. Lins (2003, p. 187) chama a atenção para o fato de que a construção esteve em obras por um período tão elástico que ao se concluírem os trabalhos em uma parte do edifício, em outros pontos a deterioração já poderia impor a necessidade de novos serviços de conservação.
- 19 O processo de arruinamento e demolição da fachada principal da Sé parece ter tido relação direta com os problemas de desestabilização da encosta, imediatamente vizinha. (PEREZ, 1999, p. 78- 85)
- 20 Ainda hoje a Sé de Velha Goa permanece como a maior igreja alguma vez construída por portugueses no mundo, e é nisso obra excepcional.

21 Com exceção de algumas áreas no Caribe e dos territórios mais setentrionais da América do Norte. Por outro lado, os reis de Espanha e de Portugal, quando não foram a mesma pessoa em virtude da União Ibérica (de 1560 a 1640), eram vizinhos em um contexto de muito maior proximidade geográfica, o próprio continente europeu.

Referências

- BAZIN, Germain. *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2 v, 1983.
- CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes. *Idealizações e Materializações da Cidade no Mundo Português: Goa e Salvador, nos séculos XVI e XVII*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- CONSTITUIÇÕES do Arcebispado de Goa, composta, adicionada pelo Excellentíssimo e Reverendíssimo Senhor Don Antonio Taveira de Neiva Brum, Arcebispo Metropolitano de Goa, primaz da Índia Oriental, e do Concelho de sua Magestade Fidelíssima. Lisboa: Imprensa Régia, 1810.
- DELLA VALLE, Pietro. *The travels of Pietro Della Valle in Índia*. From the old English translation of 1664, by G. Havers. New Delhi-Madras: Asian Educational Services, 1991.
- FROGER, Sieur. *Relation d'un voyage fait en 1695, 1696 & 1697 aux cotes d'Afrique, d'etroit de Magellan, Brésil, Cayenne et Isles Antilles*. Amsterdam: Chez Les Heritiers D'Antoine Schelte, 1699.
- KOWAL, David. M. The Evolution of Ecclesiastical Architecture in Portuguese Goa. In: PEREIRA, José; PAL, Pratapaditya (org). *India and Portugal, Cultural Interactions*. Mumbai: Marg Publications, p. 70-87, 2001.
- JOURNAL D'UN VOYAGE sur les costes d'Afrique et aux Indes d'Espagne. Amisterdam: Aux dépens de la Compagnies, 1730.
- LINS, Eugênio de Ávila. A antiga Sé da Bahia: uma referência para a arte luso-brasileira. In: *Anais do II Congresso Internacional do Barroco*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p 183-195, 2003.
- MADEIRA SANTOS, Catarina. *Goa é a Chave de Toda a Índia*. Perfil Político da Capital do Estado da Índia (1505-1570). Lisboa: CNCDP, 1999.
- MOREIRA, Rafael. O arquiteto Miguel Arruda e o primeiro projeto para Salvador. In *Anais do IV Congresso de História da Bahia*. Salvador: IGHBa e FGM, v 1, 2001.
- MOREIRA, Rafael. Inofre de Carvalho, a Renaissance Architect in the Gulf. In: KERVRAN, Monik (Org). *Bahrain in the 16th Century. An Impregnable Island*. Bahrain: Ministry of Information State of Bahrain, 1988.
- MOREIRA, Rafael. A Capital como Modelo: a Circulação Mundial das Formas' In: *Catálogo do Pavilhão de Portugal*. Lisboa: Exposição Mundial de Lisboa de 1998. p. 192.
- PATO, Raymundo Antônio de Bulhão (ed.). *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de Documentos que que as Elucidam*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 7 v, 1884.
- PEREIRA, António Nunes. *A Arquitectura Religiosa Cristã de Velha Goa*. Segunda Metade do Século XVI – Primeiras Décadas do Século XVII. Lisboa: Fundação Oriente, 2005.
- PEREZ, Fernando da Rocha. *Memória da Sé*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1999.
- PYRARD DE LAVAL, François. *Viagem de Francisco Pyrard de Laval (1601 a 1611)*. Vertida do Francez em Potuguez sobre Edição de 1679. Correcta e accrescentada com algumas notas por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1862.
- PYRARD DE LAVAL, François. *The Voyage of François Pyrard of Laval to the East Indies, The Maldives, The Moluccas and Brazil*. (By Albert Gray). London: Printed for the Hakluyt Society, 1887. p. 228.
- REBOUÇAS, Diógenes; FILHO, Godofredo. *Salvador da Bahia de Todos os Santos no Século XIX*. Salvador: Odebrecht, 1996. p. 49.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, FAPESP, 2000.
- SANTOS, Joaquim Rodrigues dos. *As portas de Jerusalém celeste*. Coimbra: Prova Final de Licenciatura em Arquitectura, defendida no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Setembro de 2002.

SIMAS FILHO, Américo (Org). *Evolução física de Salvador. 1549-1800*. Salvador : Centro de Estudos de Arquitetura da Bahia (CEAB) e Fundação Gregório de Matos (FGM), 1998.

SOUZA, Gabriel Soares. *Notícias do Brasil*. São Paulo: Martins Editora, [s.d.].

VARELA GOMES, Paulo. In *Chorum Clerum: o Coro nas Sés Portuguesas dos Séculos XV e XVI*. In: *Museu*. Porto: Circulo Dr. José de Figueiredo, n. 10, 2001.

VIDE, Don Sebastião Monteiro. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Salvador: Editora Itapuã, 1969.